



**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município**

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS (MENSAGEM) Nº 01, DE 21 DE JANEIRO DE 2022.

Exmo. Sr.
DD. Jorge Barbosa
Presidente da Câmara Municipal
Sapucaia do Sul – RS
Nesta.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de me dirigir à presença de Vossa Excelência para encaminhar a esse Egrégio Poder Legislativo, utilizando a prerrogativa que me é conferida pelo artigo 82, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Sapucaia do Sul, para apreciação e voto, o incluso Projeto de Lei que busca alteração da Lei n.º 2.070, de 24 de março de 1998, que criou o Código Municipal de Meio Ambiente.

O presente Projeto de Lei busca alterar a Lei supramencionada, de modo a buscar maior eficiência no processo administrativo ambiental, esclarecendo trechos ambíguos – que hoje acabam por limitar a atuação dos fiscais municipais – e estruturando o trâmite administrativo de julgamento de defesas e recursos no âmbito de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Município de Sapucaia do Sul.

Outrossim, justifica-se a alteração anexa visto que, desde a criação do Código Municipal de Meio Ambiente, este já foi alterado – precisamente quanto à estruturação e tramitação dos processos administrativos fiscalizatórios, tais como auto de infração, julgamento de defesa, recursos e competências dos órgãos julgadores –, mas a referida alteração somente fez remissão ao Decreto Federal n.º 6.514/2008, o qual trata sobre infrações e sanções administrativas ao meio ambiente no seu âmbito, pouco se adequando a realidade do Município de Sapucaia do Sul aos ditames legais contidos neste Decreto.

Dessa forma, tais modificações legislativas mostram-se de extrema importância para os corretos e legais processamentos e julgamentos administrativos das demandas que aportam na Secretaria Municipal de Meio



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

Ambiente, sendo de extrema necessidade para a efetivação, aos munícipes, dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa quando autuados pelo Município de Sapucaia do Sul.

Por isso, na certeza da aprovação desta proposição, aproveito oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Sapucaia do Sul, 21 de janeiro de 2022.

IMILIA DE SOUZA
Prefeita Municipal em exercício

Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

Ambiente, sendo de extrema necessidade para a efetivação, aos munícipes, dos direitos constitucionais do contraditório e da ampla defesa quando autuados pelo Município de Sapucaia do Sul.

Por isso, na certeza da aprovação desta proposição, aproveito oportunidade para renovar os votos de respeito e consideração.

Atenciosamente,

Sapucaia do Sul, 21 de janeiro de 2022.

Prefeitura Municipal

Procuradoria-Geral do Município



**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município**

PROJETO DE LEI Nº.../2022.

Altera a Lei n.º 2.070, de 24 de março de 1998, que criou o Código Municipal de Meio Ambiente.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SAPUCAIA DO SUL. Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu, com fundamento no artigo 82, inciso III, da Lei Orgânica do Município, sanciono e promulgo a seguinte,

LEI:

Art. 1º. A Lei n.º 2.070, de 24 de março de 1998, que criou o Código Municipal de Meio Ambiente, passa a vigorar com as seguintes alterações:

I – Acrescenta-se parágrafo único ao Art. 106 da Lei n.º 2.070/98, com a seguinte redação:

“Parágrafo único – As penalidades previstas neste artigo poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, seguindo, em qualquer caso, as penas indicadas para cada infração ambiental referida no art. 113 desta Lei.”

II – O §1º do Art. 108 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§1º – Quando da confirmação ou não da pena de multa aplicada, a ser realizada no julgamento da defesa, a autoridade julgadora levará em conta a capacidade econômica do infrator, de acordo com os documentos juntados aos autos.”

III – O §2º do Art. 108 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º – A multa poderá ser convertida em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, bem como aplicação de eventuais descontos, na forma da legislação municipal, a requerimento do autuado, em qualquer esfera do processo administrativo, sendo observado o rito do Capítulo II desta Lei.”



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

IV – Revoga-se o §3º do Art. 108 da Lei n.º 2.070/98.

V– O §2º do Art. 113 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“§2º - Quando aplicada penalidade prevista em legislação estadual ou federal, em razão de infração relativa a tal legislação, para o cálculo da sanção de multa, utilizar-se-ão os critérios e métodos definidos pela legislação aplicada.”

VI–O Art. 114 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 114 – As infrações à legislação ambiental serão apuradas em processo administrativo próprio, iniciado com a lavratura do auto de infração, observada a forma, o rito, os prazos e as demais disposições estabelecidas neste Capítulo.

Parágrafo único – A conciliação, sempre que possível, deverá ser estimulada pela administração pública municipal ambiental, de acordo com a legislação municipal ambiental específica e com o rito estabelecido nesta Lei.”

VII – O Art. 115 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 115 – Constatada a ocorrência de infração administrativa ambiental, será lavrado auto de infração, do qual deverá ser dada ciência ao autuado, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

§1º – O autuado será intimado da lavratura do auto de infração por uma das seguintes formas:

I – pessoalmente;

II – por seu representante legal;

III – por carta registrada com aviso de recebimento;



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

IV – por edital, se estiver o infrator autuado em lugar incerto, não sabido ou se não for localizado no endereço constante na base de dados da administração pública municipal ou no local do fato.

§2º – Em caso de o autuado se recusar a dar ciência do auto de infração, o agente municipal certificará o ocorrido e entregará cópia do auto de infração ao autuado.

§3º – Nos casos de evasão ou ausência do responsável pela infração administrativa, e inexistindo preposto identificado, o agente municipal aplicará o disposto no §1º, encaminhando o auto de infração ao autuado, via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a sua ciência.

§4º – A intimação pessoal ou por via postal com aviso de recebimento deverá ser substituída por intimação eletrônica quando houver concordância expressa do autuado e tecnologia disponível que confirme o seu recebimento.”

VIII – O Art. 116 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 116 – O auto de infração deverá ser lavrado em impresso próprio, não devendo conter emendas ou rasuras que comprometam sua validade, e conterá os seguintes requisitos:

- I – A identificação do autuado;
- II – O endereço do local do fato constatado ou qualquer ponto referencial que possibilite a sua localização;
- III – A descrição clara e objetiva das infrações administrativas constatadas;
- IV – A indicação do(s) respectivo(s) dispositivo(s) legal(is) e regulamentar(es) infringido(s);
- V – A indicação da(s) penalidade(s) aplicada(s) e, em caso de multa, a indicação do valor, em UMRF e em moeda corrente nacional, a ser recolhido; e



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

VI – A possibilidade, no caso de multa, de conversão das penalidades aplicadas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade do meio ambiente, com aplicação de eventuais descontos, na forma da legislação municipal.”

IX – O Art. 117 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 117 – O auto de infração que apresentar vício sanável poderá, a qualquer tempo, ser convalidado, de ofício, pela autoridade julgadora, mediante despacho saneador.

Parágrafo único – Constatado o vício sanável, sob alegação do autuado, o procedimento será anulado a partir da fase processual em que o vício foi produzido, reabrindo-se novo prazo para defesa, aproveitando-se os atos regularmente produzidos.”

X – O Art. 118 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 118 – O auto de infração que apresentar vício insanável deverá ser declarado nulo pela autoridade julgadora competente, que determinará o arquivamento do processo.

§1º – Para os efeitos do caput, considera-se vício insanável aquele em que a correção da autuação implica modificação do fato descrito no auto de infração.

§2º – Nos casos em que o auto de infração for declarado nulo e estiver caracterizada a conduta ou atividade lesiva ao meio ambiente, deverá ser lavrado novo auto, observadas as regras relativas à prescrição.

§3º – O erro no enquadramento legal da infração não implica vício insanável, podendo ser alterado pela autoridade julgadora mediante decisão fundamentada que retifique o auto de infração.”

XI – Fica incluído o Art. 118-A à Lei n.º 2.070/98, com a seguinte redação:

“Art. 118-A – O autuado poderá, no prazo de vinte dias corridos, contados da data da ciência da autuação, apresentar defesa contra o auto de infração.



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

§1º – A defesa deverá ser protocolizada no sistema informatizado da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, que a encaminhará imediatamente à autoridade julgadora.

§2º – A Secretaria Municipal de Meio Ambiente disponibilizará computador(es) ao autuado que alegar não possuir meios para realizar o protocolo da defesa referida no *caput*, orientando-o em relação ao procedimento.”

redação: XII – Fica incluído o Art. 118-B à Lei n.º 2.070/98, com a seguinte

“Art. 118-B – A defesa será formulada por escrito e deverá conter os fatos e fundamentos jurídicos que contrariem o disposto no auto de infração e termos que o acompanham, bem como a especificação das provas que o autuado pretende produzir a seu favor, devidamente justificadas, e demais documentos que julgar pertinentes.

Parágrafo único – Requerimentos formulados fora do prazo de defesa não serão conhecidos, podendo ser desentranhados dos autos, por decisão da autoridade julgadora.”

redação: XIII – Fica incluído o Art. 118-C à Lei n.º 2.070/98, com a seguinte

“Art. 118-C – O autuado poderá apresentar defesa em nome próprio, bem como ser representado por advogado ou procurador legalmente constituído, devendo, para tanto, anexar à defesa o respectivo instrumento de procuração.

Parágrafo único – O autuado poderá requerer prazo de até cinco dias corridos para a juntada do instrumento a que se refere o *caput*.”

redação: XIV – Fica incluído o Art. 118-D à Lei n.º 2.070/98, com a seguinte

“Art. 118-D – A defesa não será conhecida quando apresentada:

I - fora do prazo de que trata o art. 118-A;

II - por quem não seja legitimado; ou



Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município

III - perante órgão ou entidade ambiental incompetente, nos termos do parágrafo único do art. 118-A.

§1º – Oferecida ou não a defesa, a autoridade julgadora julgará o auto de infração, decidindo sobre a aplicação da(s) penalidade(s).

§2º – Julgado o auto de infração, o autuado será notificado, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência, para cumprir a penalidade imposta, no prazo de quinze dias corridos, contados do recebimento da notificação, ou para apresentar recurso, no prazo assinalado no art. 118-E.”

XV – Fica incluído o Art. 118-E à Lei n.º 2.070/98, com a seguinte redação:

“Art. 118-E – Da decisão proferida pela autoridade julgadora caberá recurso no prazo de 20 dias corridos, contados da data da ciência do autuado acerca do referido ato.

§1º – Recebido o recurso de que trata este artigo, este será imediatamente dirigido ao Conselho Municipal de Meio Ambiente – CONDEMA, conforme o art. 119 desta Lei, que decidirá sobre a matéria, em última instância, em decisão fundamentada.

§2º – Decidido o recurso, o autuado será notificado, por via postal com aviso de recebimento ou outro meio válido que assegure a certeza de sua ciência, para cumprir a(s) penalidade(s) imposta(s), no prazo de quinze dias corridos, contados do recebimento da notificação, conforme determina o art. 121 desta Lei.”

XVI – O Art. 121 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 121 – Quando aplicada a sanção de multa, esgotada a possibilidade de discussão da matéria, será notificado o infrator para tomar ciência da decisão final e para efetuar o pagamento, no prazo de 15 dias corridos, contados da data do recebimento da notificação, que será revertido em favor do Fundo Municipal de Defesa do Meio Ambiente.”

XVII – Revogam-se os parágrafos 2º e 3º do art. 121 da Lei n.º 2.070/98.



**Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul
Procuradoria-Geral do Município**

XVIII – O Art. 122 da Lei n.º 2.070/98 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 122 – Não efetuado o pagamento da multa aplicada e transitado em julgado a decisão administrativa que aplicou a penalidade, será certificado o ocorrido pelo Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente, que encaminhará as informações pertinentes à Secretaria Municipal da Fazenda, que, por sua vez, procederá a inscrição em dívida ativa.”

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalterados os demais dispositivos da Lei n.º 2.070/98.